



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO **XXV** /EDIÇÃO 19 DE NOVEMBRO DE 2025

ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
EXTRATO DE CONTRATO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO: 10803/2025-CPL / OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE A a Z DA TABELA ABC FARMA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO CARENTE DO MUNICÍPIO DE CONGO-PB. – CONTRATANTE: FABIANO FERNANDES DE LAGOS/ CONTRATADA: HELIOSMAN BIDO DA COSTA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.513.707/0001-60. VALOR INICIAL: R\$ 112.500,00. ACRÉSSIMO: R\$ 28.125,00. AMPARO LEGAL: Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO
ADMINISTRATIVO Nº: 038A/2025

A Prefeita do Município de Congo-PB, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município, e combinado com o art.79, inciso I da Lei 8.666/93 e demais modificações e a cláusula **QUARTA** do contrato administrativo Nº: 208/2025.

RESOLVE:

1 - Reincidir administrativamente, o contrato pactuado com o Sr. **CAMILA FERREIRA DE LIMA**, RG nº:4.431.589 SSDS/PB, e CPF nº: 703.991.344-50, cujo objeto do contrato foi a contratação dos serviços de **TÉCNICA EM CONSULTÓRIO DENTÁRIO-EIP**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

2- Registro e Comunicações necessárias.

Congo/PB, 19 de novembro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
PREFEITA CONSTITUCIONAL



ESTADO DA PARAIBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO
DECRETO Nº 0633/2025, de 19 de Novembro de 2025

Página 1 de 2

Abre Crédito SUPLEMENTAR para o fim que especifica e de outras providências.

O Prefeito Constitucional do Município de CONGO, Estado da Paraíba no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, bem como fundamentado pela Lei Orçamentária Municipal Nº 0342, de 19 de Dezembro de 2024, combinado com o artigo 43, inciso I da Lei Federal 4.320/64.

SECRETA

Art. 1º Fica Aberto ao Orçamento do Município um Crédito SUPLEMENTAR no valor de R\$ 169.500,00 (Cento e Sessenta e Nove Mil e Quinhentos Reais), para reforçar as dotações abaixo discriminadas:

2.07.00. SEC. DE ADMINISTRAÇÃO - SAÚDE	
04.122.1902.2006. MANUTEN. AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS GERAIS	
3.3.90.39.01. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.500,00
900 Recursos não Vinculados de Impostos	
TOTAL	8.500,00
2.43.00. SEC. DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS - SEPLAFIN	
08.846.1902.0002. PAGAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES AO FIANFIP	
3.3.90.47.01. OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	13.000,00
900 Recursos não Vinculados de Impostos	
TOTAL	13.000,00
2.65.00. SEC. DE EDUCAÇÃO - SEDUC	
12.361.2001.2023. MANUTEN. AS ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL - MEFE	
3.3.90.39.01. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
900 Recursos não Vinculados de Impostos	
TOTAL	100.000,00
2.88.00. SEC. DE INFRAESTRUTURA - SINFRA	
28.752.2002.2044. MANUTEN. A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
3.3.90.39.01. OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	48.000,00
900 Recursos não Vinculados de Impostos	
TOTAL	48.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	169.500,00

Art. 2º Para fazer face as despesas decorrentes desde Decreto contará o Poder Executivo com a anulação das seguintes dotações:

2.04.00. SEC. DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PÊSCA E MEIO A	
08.406.1902.2013. MANUTEN. AS ATIVIDADES DA SECHIS/SEMA DE AGRICULTURA	
3.1.90.04.01. CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	800,00
900 Recursos não Vinculados de Impostos	
TOTAL	800,00
2.88.00. SEC. DE INFRAESTRUTURA - SINFRA	
18.451.2001.1024. ADQUIRIR VEÍCULOS OU MÁQUINAS PESADAS	
4.4.90.52.01. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.000,00
300 Outras Transferências de Contribuição de Instrumentos Congenérios de União	
4.4.90.52.01. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	48.000,00
300 Outras Transferências de Contribuição de Instrumentos Congenérios de União	
TOTAL	61.000,00
4.4.90.52.01. EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
190 Outras Transferências de Contribuição de Instrumentos Congenérios de União	150.000,00
28.762.2002.1031. CONTRATAÇÃO E RECUPERAÇÃO A MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO - ESTRADAS	
4.4.90.51.01. OBRAS E INSTALAÇÕES	7.700,00
710 Recursos de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	
TOTAL	160.700,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	169.500,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CONGO, 19 de Novembro de 2025

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
PREFEITA CONSTITUCIONAL

Página 2 de 2



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV /EDIÇÃO 19 DE NOVEMBRO DE 2025

LEI MUNICIPAL Nº: 374/2025.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO QUILOMBOLA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONGO, ESTADO DO PARAÍBA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,


APROVA:

Art. 1º Fica instituído o "Dia Municipal do Quilombola", a ser celebrado anualmente no dia vinte de novembro.

Parágrafo único. A data deverá ser incluída no calendário oficial de eventos do Município deste, devendo ser discutido nas esferas da cultura, educação e social.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congo/PB, em 19 de novembro de 2025.


FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional

LEI MUNICIPAL Nº: 375/2025.

Dispõe sobre alterações da Lei Orçamentária Anual – LOA 2025, quanto a reestimativa da receita, abertura de Crédito Especial e limite para abertura de Crédito Suplementar.

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterada a Lei nº 248, de 21 de dezembro de 2021 - PPA - Plano Plurianual, para os exercícios de 2022-2025, em conformidade com o disposto nesta Lei, relativamente a abertura de Crédito do Tipo Especial, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica alterada a Lei nº 328, de 26 de abril de 2024 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício financeiro de 2025, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando atender a situações não previstas no Orçamento.

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica igualmente alterada a Lei nº 342, de 19 de dezembro de 2024 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025.

TÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir CRÉDITO SUPLEMENTAR, para reforço das dotações orçamentárias consignadas, de acordo com o § 3º, inciso II, art. 43 da Lei 4.320/1964, considerando a reestimativa da receita prevista na Lei Orçamentária para o exercício de 2025.

Art. 5º - Constituem origem de recursos para atender a execução do presente crédito suplementar, o EXCESSO DE ARRECADAÇÃO verificado no exercício financeiro, a seguir discriminado, conforme verificado na diferença positiva entre a receita realizada e prevista, além da tendência de arrecadação nas fontes de recursos que seguem:

DESCRIÇÃO	CÓDIGO	VALOR
-----------	--------	-------

Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	543	500.000,00
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI	546	170.000,00
Transferências do Salário-Educação	550	150.000,00
Transferências Fundo a Fundo de Rec. do SUS Prov. do Gov. Federal - Bloco de Manutenção	600	3.200.000,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Aas. Social - FNAS	660	220.000,00
TOTAL		4.240.000,00

TOTAL GERAL	4.240.000,00
--------------------	---------------------

Parágrafo Único. O limite de abertura dos créditos suplementares, por excesso de arrecadação, estão condicionados aos valores por fonte de recursos da reestimativa da receita.

Art. 6º - Consoante às disposições legais acerca da temática abordada, fica alterado o inciso II, art. 5, da Lei nº 342, de 19 de dezembro de 2024, referente a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025, autorizando o Poder Executivo a:

- Abrir crédito suplementar, com fulcro nos arts 7º e 43º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 70% (setenta por cento) do orçamento anual de 2025, totalizando R\$ 29.525.813,00 (vinte e nove milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, oitocentos e treze reais).

Art. 7º - Autoriza o Poder Executivo abrir CRÉDITO ESPECIAL, para inclusão de fonte de recursos não prevista em ação do Orçamento Vigente, no valor de 170.000,00 (cento e setenta mil reais), conforme desdobramento que segue:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	ELEMENTO	TOTAL
05.60	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
12.361.2001.2019	MANTER AS ATIV. DO ENSINO FUND - FUNDEB 30%		
546	Transf. do FUNDEB - Comp. da União - ETI		
3.3.90.39.01	Outros Serv. de Terc. - Pessoas Jurídicas		100.000,00
3.3.90.30.01	Material de Consumo		70.000,00
TOTAL			170.000,00

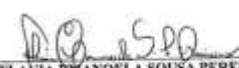
TOTAL GERAL	170.000,00
--------------------	-------------------

Art. 8º - Em conformidade com as disposições legais, emanadas no inciso II, § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64, que condiciona a necessidade de fonte de recurso para abertura de CRÉDITO ESPECIAL, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar o excesso de arrecadação da receita orçamentária a seguir:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FR	TOTAL
1715.53.01.01	Complementação da União ao FUNDEB - ETI	546	170.000,00
TOTAL GERAL			170.000,00

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Congo/PB, em 19 de novembro de 2025.


FLAVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO
Prefeita Constitucional



DIÁRIO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGO - LEI Nº22/98

DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL - ATOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO - ANO XXV /EDIÇÃO 19 DE NOVEMBRO DE 2025

LEI MUNICIPAL Nº: 376/2025.

DENOMINA LOGRADOUROS E
ESPAÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO
DE CONGO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

A CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE CONGO,
ESTADO DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e da Lei
Orgânica, encaminha o seguinte Projeto de Lei para apreciação e deliberação por parte da
Câmara de Vereadores do Município;

Art. 1º- Fica denominado a seguir logradouro e espaço público no município de Congo:

- I- Quadra Municipal do Riachão "Esmael Castano Bezerra" "Liro",
localizada na comunidade de Riachão, município de Congo, Paraíba.

Art. 2º- As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações
próprias do orçamento vigente.

Art. 3º- A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as
disposições em contrário.

Congo/PB, 19 de novembro de 2025.

FLÁVIA EMANOELA SOUSA PEREIRA QUIRINO

Prefeita Constitucional